

Singer assegura que programa petista não impedirá acordos

Zaca Feitosa — 23/10/89

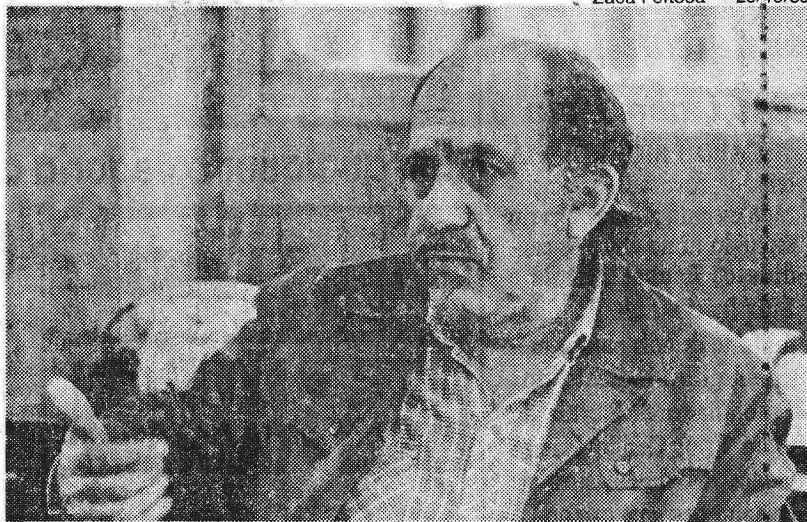
SÃO PAULO — O fato de haver coincidência de opiniões entre o programa do partido e as forças que podem apoiá-lo no segundo turno da eleição presidencial, como tratamento da dívida externa, plano de recuperação de salários e execução da reforma agrária, leva o PT a uma certeza: a de que o seu programa não será obstáculo nem será mudado em seus princípios nas negociações para coligações que venham a somar no desempenho do candidato Luís Inácio Lula da Silva nas urnas, no dia 17 de dezembro.

— Não é nada dogmático, há pontos negociáveis, porque só os princípios são invioláveis — enfatiza o professor Paul Singer, secretário de Planejamento da Prefeitura de São Paulo, comandada pelo PT desde janeiro deste ano, e um dos principais analistas do partido em questões econômicas.

Singer lembra que a dívida externa, teoricamente um ponto polêmico nas negociações com outros partidos, não deve ser considerada uma dificuldade para que o PT ganhe esse apoio para o segundo turno. Segundo ele, o PT foi o primeiro partido a se pronunciar publicamente, defendendo uma mudança radical de postura do país sobre a dívida externa: "Temos que saber quanto da dívida é legítimo e quanto é ilegítimo. Eu me surpreenderia se os futuros aliados exigissem reformulação desse ponto", entende o economista, acentuando que outras forças de esquerda, como a esquerda do PMDB e Leonel Brizola, candidato do PDT, também defendem um exame de profundidade em sua origem.

Auditoria — Singer explica que o PT, se Lula chegar à Presidência, retomará o assunto da dívida externa, mas em outras condições que não as assumidas pelos governos que passaram pelo Planalto. De acordo com Singer, a tese do PT é a de que o Brasil deve suspender o pagamento da dívida externa por um determinado tempo. "Pediremos, então, uma auditoria, de nível internacional, gente de alto gabarito, para saber qual a origem da dívida, o que é dívida legítima, avaliada pelo governo, e o que é fruto da política de juros do governo norte-americano", analisa Singer. A moratória para a dívida externa, diz, não deve ser considerada uma surpresa. "O governo Sarney, desde julho, está em semimoratória na questão da dívida externa; o importante, segundo o PT, é fazer isso com transparência, para definir o que o país vai pagar e o que não vai pagar".

Em recente debate com economistas de outros partidos, promovido pelo JORNAL DO BRASIL, o assessor econômico do candidato Luís Inácio Lula da Silva, Aloisio Mercadante, deixou bem clara a posição do PT na questão.



Paul Singer considera invioláveis somente os princípios

A solução para o problema é o confronto para o Brasil, quando se sabe que os compromissos da dívida externa obrigam o país a promover uma transferência de US\$ 1 milhão 500 mil a cada hora. Uma situação que, segundo o programa econômico do PT, divulgado em cartilhas, "reflete uma ordem internacional anárquica que precisa ser politicamente questionada por nosso país e pelos demais devedores do Terceiro Mundo".

Congelamento, não — Singer deixa claro que, no poder, o PT não promoverá nenhuma medida na economia que passe pelo congelamento. "Acho essa possibilidade um furo n'água", avalia. O economista explica que o fundamental nesse processo de controle da inflação é que haja uma ampla negociação coletiva sobre preços e salários, com todos os agentes do sistema econômico.

O PT acredita que esse entendimento começa com a formação de comissões setoriais por todo o país. Ou seja: as câmaras setoriais, um modelo que passou a ser adotado pelo governo há poucas semanas, são um tímido conceito do que pretende o PT para efetivamente controlar o avanço da inflação. "As câmaras setoriais ficam, mas com um nível de abrangência muito maior", explica Singer. Delas vão participar também os trabalhadores e os consumidores. "Com preços e salários alinhados uns aos outros, a principal razão da inflação desaparecerá", diagnostica.

Na opinião de Paul Singer, as reuniões setoriais com a presença das confederações de trabalhadores, de empresários e representantes dos consumidores significarão uma forma democrática para esse sistema, mas não definitiva. "Esse mecanismo ampliará as regras do jogo de forma pragmática, sustentada na experiência; com isso, estaremos abertos para

soluções novas, na prática permanente de tentativa e erros", acredita.

Rendas — Para o professor Singer, a inflação é provocada por um conflito distributivo, e não pela política monetária. A idéia do PT, se chegar à Presidência da República, é adotar um mecanismo de medição de valores que garanta a estabilidade, como o alinhamento de preços e salários. "A política monetária se ajustará automaticamente a partir daí; a demanda por cruzado novo, ou outra moeda, vai aumentar e as pessoas vão querer guardar dinheiro". Segundo o PT, a política monetária não é o instrumento adequado para se atacar as causas da inflação no Brasil.

O que o partido quer é adotar uma política fiscal mais distributiva, com apreciação das medidas pelo Congresso, tendo como objetivo a a melhor distribuição de renda. "Ninguém é contra a recuperação de salários, porque todos são favoráveis à recuperação do salário mínimo e isso já está consubstanciado na nova Constituição", lembra Singer, ao dizer que nesse aspecto também não acredita em dificuldades para o PT fechar acordos com outros segmentos políticos para o segundo turno da eleição presidencial.

Outra questão que pode suscitar dúvidas para que o PT e os seus interlocutores definam coligações é a da dívida interna, mas Paul Singer garante que isso não será motivo para emperar possíveis entendimentos. "Tenho lido que o PT dará um calote moderado na dívida interna, o que não é verdade", ressalta. Singer explica que a bandeira do PT é promover uma renegociação com os detentores da dívida para o alargamento dos prazos de vencimento. "Mas, isso, qualquer governo que se assumia terá que fazer. Perde-se um pouco de liquidez, mas ganham-se novas garantias. Será uma troca favorável", diagnostica.